

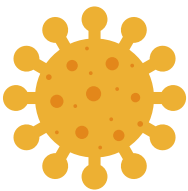
VAMOS JUNTOS
SUPERAR
ESSA CRISE.

A INDÚSTRIA NO COMBATE
À COVID-19.

NÚMERO 18

BOLETIM SESI COVID

QUINTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2021



CONTEXTO

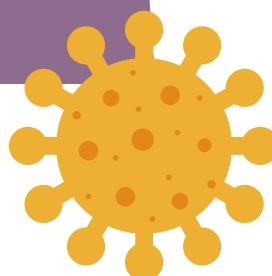
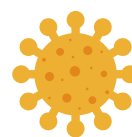


A VARIANTE DELTA DO CORONAVÍRUS E A VOLTA DAS MÁSCARAS NOS EUA

Atualmente não há outra variante do coronavírus no mundo que cause mais preocupação que a delta, surgida na Índia. Aparentemente, ela tem transmissão mais rápida e produz a doença com gravidade maior do que o vírus original da COVID-19. No Brasil, a variante predomi-

nante ainda é a P1, ou gama, enquanto no Peru, Bolívia, Chile e Argentina cresce a frequência da variante lambda.

A variante delta foi identificada em vários estados do Brasil, mas até o momento não representa proporção relevante dos casos diag-



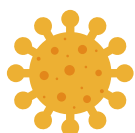
nosticados. Não se sabe ainda se a imunização das vacinas será eficaz para a delta, já que o pequeno número de casos no País não permite chegar a essa conclusão. Porém, por se mostrarem eficazes na proteção para a variante gama, possivelmente a CoronaVac e a vacina da AstraZeneca também protegem para a mutação delta do coronavírus.

É importante assinalar que o aumento de casos da delta nos Estados Unidos iniciou-se em estados com uma quantidade expressiva de pessoas não vacinadas, como Arkansas e Mississippi. Hoje, 80% das infecções mais recentes no país são causadas pelo vírus mutante.

A preocupação com esse crescimento é tamanha que o Centro de Controle de Doenças americano (CDC) retomou a determinação do uso de máscaras em ambientes fechados em vários estados onde a cobertura vacinal é baixa e as infecções estão aumentando.

A situação nos Estados Unidos evidencia três pontos fundamentais para o controle da pandemia: a cobertura vacinal alta, a manutenção das medidas de barreira, como máscaras, e a compreensão de que a pandemia deve ser contida em todo o planeta, não somente em alguns locais. ■

© artiscuum/stock.adobe.com



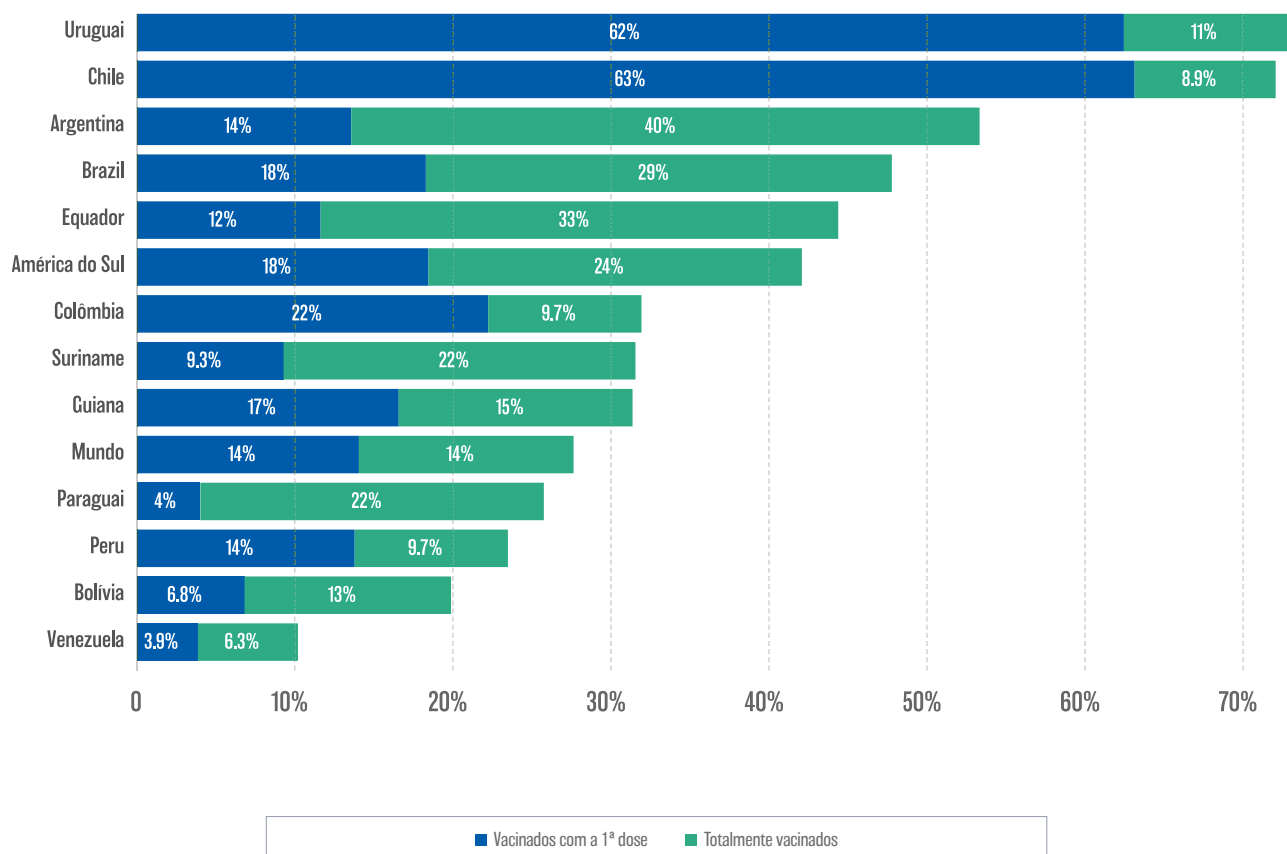
VACINAS

A VACINAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Desde março de 2020, quem não sabia aprendeu que pandemia é uma epidemia de alcance global, com ocorrência nos cinco continentes. Sendo assim, imaginava-se necessária a criação de uma governança mundial para atuar frente à pandemia da COVID-19 – o que, de fato, não aconteceu.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece normas para serem seguidas pelos países, que têm autonomia, em todos os sentidos, para adotar ou não essas condutas e, principalmente, dispensar recursos econômicos para a vacinação, pilar fundamental no controle de uma pandemia. Em todo o mundo, a

PORCENTAGEM DE VACINADOS CONTRA A COVID-19 (27 DE JULHO DE 2021)



Fonte: Our World in Data.

proporção de pessoas vacinadas com ao menos uma dose ainda é de 27%, e de 14% com a dose completa. Na América do Sul, a proporção de parcialmente vacinados é de 41%, enquanto os totalmente imunizados representam 18%.

Para o Brasil, é fundamental monitorar os países com os quais tem mais contato, seja por causa dos viajantes que chegam de avião como pela relação inevitável entre as fronteiras.

No gráfico da página anterior, a conceituada publicação Our World in Data mostra que o Uruguai possui mais de 70% de pessoas vacinadas com ao menos uma dose e mais de 60% com a dose completa. Segue padrão semelhante o Chile, que, ao contrário do Uruguai, não faz divisa com o Brasil, mas possui intensa relação econômica, com a vinda de muitos voos diários. Com taxas mais baixas de imunização, a Argentina fica num patamar próximo ao do Brasil e os vizinhos Paraguai e Bolívia detêm as menores coberturas do continente, acompanhados de Peru, que não faz fronteira com o Brasil.

Avaliar esses dados é de extrema importância, já que a situação vacinal brasileira também depende do sucesso da vacinação realizada por nossos vizinhos. ■

© Mera/Stockphoto.com



TENDÊNCIAS

QUEDA LENTA DE ÓBITOS E AUMENTO DE CASOS NA REGIÃO SUL

A evolução da pandemia pela COVID-19 desde a última semana mostra que a taxa de mortes está diminuindo, ainda lentamente, em todas as regiões do País. O destaque é o Nordeste, onde o número absoluto mantém-se abaixo da região Sul, à despeito de população maior, e iguala-se ao do Centro-Oeste. Os dados são do CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Saúde).

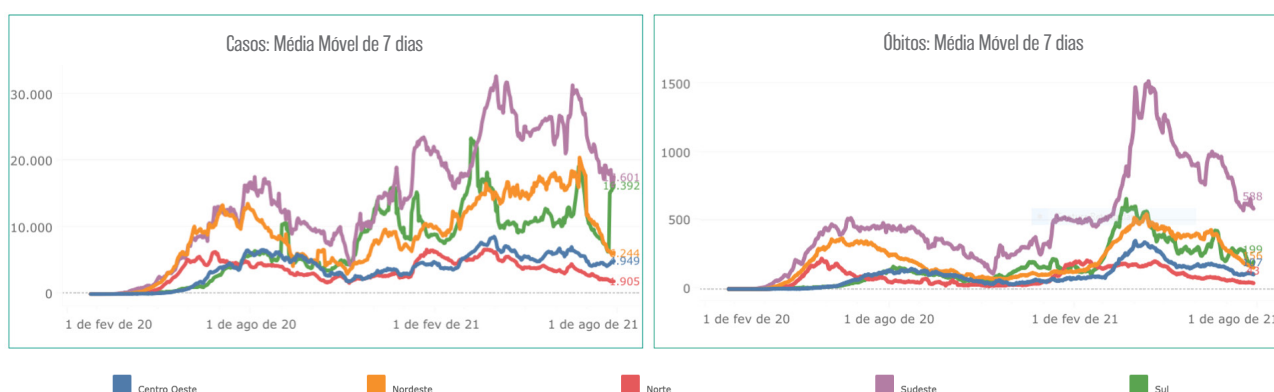
Em relação ao número de casos, a média móvel em sete dias está se reduzindo em todas as

regiões, exceto no Sul, onde apresenta aumento expressivo com impacto na evolução dos casos em todo o território nacional.

É importante ressaltar que apesar da redução de casos e óbitos na maior parte do País, os valores apresentados ainda são maiores do que aqueles observados em julho de 2020, pico da pandemia.

Os dados atualizados podem ser consultados no site do CONASS, em conass.org.br/painelconasscovid19. ■

ANÁLISE TEMPORAL DE CASOS E ÓBITOS POR REGIÕES DO PAÍS



Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

ENTREVISTA JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

“O aumento da mortalidade provocada pela pandemia reduziu em cerca de dois anos a expectativa de vida ao nascer”



Doutor em Demografia, José Eustáquio Diniz Alves é pesquisador e professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE), onde lecionou por quase 20 anos. Especialista em estudos populacionais, Alves tem investigado os efeitos da pandemia na demografia brasileira.

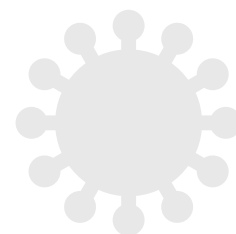
Como avalia a evolução da expectativa de vida e longevidade da população brasileira depois do impacto da pandemia pela COVID-19?

A expectativa de vida ao nascer no Brasil estava abaixo de 30 anos em 1900, subiu para 50 em 1950 e chegou a 76 em 2019. O crescimento foi contínuo durante mais de cem anos. Mas o aumento da mortalidade provocada pela pandemia interrompeu a trajetória de aumento da expectativa de vida. Segundo o Portal da Transparência do Registro Civil, o total de mortes no Brasil foi de 1,26 milhão óbitos em 2019 e de 1,46 milhão em 2020. As estimativas indicam que esse excesso de mortes provocou uma re-

dução de cerca de dois anos na expectativa de vida ao nascer. Em 2021, a queda dos anos médios de vida deve ser ainda maior, pois apenas nos primeiros sete meses do ano já morreram mais de 355 mil pessoas. Mas se a pandemia for controlada pode ser que em 2023 a expectativa de vida volte ao patamar de 2019.

Durante a epidemia de Zika houve redução das taxas de fecundidade e natalidade. Você prevê que a pandemia induzirá também à redução dessas taxas?

Sim. Os dados mostram que houve redução da natalidade em 2020. Pelas projeções do IBGE, o



Brasil, que deveria ter cerca de 2,9 milhões de nascimentos em 2020, registrou cerca de 2,6 milhões segundo o Portal da Transparência. A redução do número de bebês era esperada, pois as mulheres e os casais tendem a adiar suas decisões reprodutivas diante da possibilidade de contaminação. Assim como na epidemia de Zika, muitas famílias adiaram a procriação diante das ameaças da doença e frente ao colapso hospitalar. Em 2021 ainda não temos dados completos, mas os dados preliminares mostram que a natalidade caiu também no primeiro semestre.

Epidemiologistas questionam se as projeções populacionais para 2020 teriam precisão comprometida pelo tempo decorrido desde o censo de 2010. Qual a sua opinião?

Toda projeção fica desatualizada em muito pouco tempo. Por isso, a Divisão de População da ONU atualiza suas projeções de dois em dois anos. A última foi realizada em 2019, e outra deveria sair em 2021. Mas devido à pandemia, a ONU adiou a revisão para 2022. Já a última projeção populacional do IBGE foi feita em 2018, e a seguinte seria feita logo após a divulgação do censo demográfico. Como o censo foi adiado, a projeção também foi prorrogada, pois os dados do recenseamento são essenciais para traçar os cenários futuros da dinâmica demográfica brasileira.

Considerou mais correto adiar o censo demográfico para 2022 do que realizá-lo em 2021?

O ideal seria realizá-lo em 2020, mas a pandemia estava em plena expansão. O adiamento foi inevitável, embora com prejuízos para a atualização dos dados e para o conhecimento da realidade brasileira. Mas a realização do censo demográfico em 2021 seria inadiável, pois, após dois anos de recessão em 2015 e 2016 e dos impactos da pandemia em 2020, a amostra do Censo 2010 está muito desatualizada. Isso prejudica todas as pesquisas atuais do IBGE, que perdem a acurácia devido à defasagem da amostra mestra. Evidentemente, o censo deveria ser realizado, respeitando todos os protocolos de segurança, entre outubro e dezembro para garantir o aumento da imunização da população. Mas o governo preferiu empenhar R\$ 1,6 bilhão para a compra questionável da vacina Covaxin ao invés de garantir os recursos para o censo. Não vai ser fácil realizar o censo em 2022, pois o Congresso Nacional reservou R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral (quase três vezes o valor do censo) e a prioridade será dada às eleições gerais de 2022. Infelizmente, o clima de polarização política deve prejudicar a boa coleta dos dados do censo. Com todas as dificuldades e do atraso existente, é fundamental que as autoridades assumam suas responsabilidades e que a sociedade brasileira contribua para garantir a qualidade do levantamento. O Brasil necessita do censo, ainda que tardio. ■



© Zuzab / Stock.adobe.com